

Os limites da Agenda

André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (orgs.)

Agenda Brasileira: Temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras (2011), 584 páginas.

Gustavo Simões

Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. Pesquisador no Nu-Sol e no Projeto *Ecopolítica*.

Agenda pode ser a caderneta onde marcamos e lemos nossos cronogramas, telefones, e-mails, contatos. Pode significar também prioridade, caderno no qual se anota dia a dia as atividades, registro de reuniões, apontamentos de compromissos futuros. Transformou-se em *agenda governamental* relacionada à governamentalidade das condutas a serem governadas. É uma palavra que prescinde de tradução. Para além da língua portuguesa, outras como a inglesa, a francesa, italiana e espanhola, utilizam-na sob a mesma grafia. Agenda é agenda, de São Paulo a Paris, passando por Barcelona, Londres, alhures.

Essa palavra-chave estampa a capa de *Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança*, compilação de breves textos organizados por André Botelho e Lilia Moritz Schwartz. É

de se notar que não há, entre os quarenta e oito textos publicados, nenhum verbete assinado por autores que exercem seu trabalho fora da região sudeste do Brasil. Portanto, no eclético “cardápio” – palavra utilizada mais de uma vez para definir a seleta de textos – há a reiteração da visão de Brasil propugnada por intelectuais e personalidades de universidades ou grupos organizados com sede, sobretudo, em São Paulo e Rio de Janeiro. O livro, segundo a apresentação, complementa *Um enigma chamado Brasil*, lançado em 2009 pela mesma editora, com textos que abordavam o pensamento de vinte e nove intelectuais brasileiros. Botelho e Schwarcz, enredados na hipotética divisão entre teoria e prática, restrita à história do pensamento, afirmam uma unilateral leitura dos *problemas* escudados no seguinte argumento: “a

ideia agora não é seguir intelectuais, mas antes temas da nossa agenda nacional; não tanto as teorias, mas as práticas, assuntos e questões que vem contribuindo para desenhar projetos de nacionalidade, intencionais ou não” (p.11).

Proponho dividir esta resenha em três movimentos: o primeiro, compreende os verbetes que mapeiam a formação de certa identidade brasileira nas décadas de 1920 e 1930 – a maior parte dos verbetes trata desse período, o que por si só evidencia a origem do *pensamento* dos organizadores; o seguinte, mira os breves textos que descrevem os efeitos da ditadura civil-militar (1964-1985) sobre a cultura brasileira; e o último movimento acompanha as políticas que irromperam com a chamada “abertura política” e seus desdobramentos até o fim da primeira década do século XXI.

22, 30 : a construção da brasilidade

Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança apresenta quarenta e oito textos distribuídos por 584 páginas. O livro é inaugurado pelo verbete “Imagens da África no Brasil”, texto de Valdemir Zamparoni que mapeia desde a abolição da

escravidão, a irrupção das teses conservadoras de Nina Rodrigues, passando pela contribuição da Semana Modernista de 1922, até o pensamento de Gilberto Freyre, na década de 1930. Zamparoni não somente abre o livro como também nos permite acompanhar traçados relacionados à formação de uma identidade nacional, ainda na primeira metade do século XX. Segundo o autor, a Semana de 1922 foi à responsável pela difusão do “mito das três raças”, retomado como política durante o governo de Getúlio Vargas, sobretudo, durante a ditadura do Estado Novo. Foi no início dos anos 1920 que os negros se voltaram para os projetos políticos nacionais e “Mário de Andrade coletou práticas culinárias, cantos de trabalho; (...) os negros foram pintados particularmente por Portinari” (pp. 24-25).

Rubens George Oliven reitera a importância da década de 1920 na construção do que denominou de *brasilidade*. Para ele, os acontecimentos de 1922, definem um “divisor de águas” entre um novo modo de afirmação da cultura, “exaltando-se símbolos como Macunaíma, a figura do malandro, o carnaval, o futebol” e os modelos de modernidade, europeu e estadunidense, que a elite

do país passou a valorizar a partir daquele momento. Em suas palavras: “o movimento modernista significa, por um lado, a reatualização do Brasil em relação aos movimentos culturais e artísticos que ocorrem no exterior. Por outro lado, implica também buscar nossas raízes nacionais, valorizando o que haveria de mais autêntico no Brasil” (p. 259). Corroborando as argumentações destes dois textos emblemáticos da *agenda*, Eucanaã Ferraz, em “Poesia no Brasil funciona”, afirma que, ultrapassando os eventos circunscritos às apresentações ocorridas no Teatro Municipal de São Paulo, a década de 1920 “serviu como baliza para a tarefa de tornar as artes nacionais contemporâneas das vanguardas europeias” (p. 413).

Foi também nos mesmos anos 1920 que, pela primeira vez na história, um time de futebol (o Vasco da Gama) contratou jogadores negros, como recorda o ex-jogador Tostão. Lilia Moritz Schwartz parte justamente de um embate ocorrido num campo de futebol, em 2009, entre o jogador do São Paulo Futebol Clube, Grafite, e o zagueiro argentino De Sabato, para analisar a especificidade do racismo brasileiro. No entanto, a autora retorna às primeiras décadas do

século XX visando compreender certa formação identitária. “Interessante é pensar que, em meados da década de 1920, estávamos a um passo do *apartheid social*, e em 1930 nos transformaríamos em ‘modelo de democracia social’. É certo que o contexto intelectual era distinto, e que agora a noção de raça passava a ser trocada pela de cultura, advogando-se que não era a biologia que explicava as sociedades, mas suas histórias, contingências e costumes” (p. 440).

Nos primeiros anos de Getúlio Vargas como presidente, mais precisamente em 1932, foi promulgado o Código Eleitoral que concedeu o direito de voto às mulheres, criou a Justiça Eleitoral e introduziu o voto secreto. Todavia, a partir de 1937, com o início da ditadura do Estado Novo, Vargas intensifica a centralização do Estado em seu domínio. É conhecida a cerimônia de queima das bandeiras estaduais e a valorização, por conseguinte, da imagem da única bandeira permitida: a verde-e-amarela. Como exemplo desse deslocamento e sobreposição das questões que emergiram nos anos de 1920 e se fortaleceram na década seguinte, Schwartz sinaliza a política – implementada por Vargas em plena ditadura – de

nacionalização e descriminalização de práticas proibidas anteriormente pela polícia, como a capoeira, o samba e o candomblé. Ruben Oliven aponta que, durante o governo de Vargas, “várias manifestações populares foram integradas, a partir de então, à imagem que dá forma à identidade nacional. Algumas tiveram origem nas elites, como o carnaval e o futebol. Outras, nas classes populares, como o samba e a feijoada” (p. 262).

Todavia, a *Agenda*, ao tratar do período segundo uma continuidade histórica, desconhece as diversas resistências políticas ao governo Vargas. Tomemos um caso rápido: a anarquista Maria Lacerda de Moura, na mesma época, analisou o direito de voto estendido às mulheres não como uma conquista, mas sim como continuidade da perpetuação da subordinação da mulher, visto que o voto e a política eleitoral pouca ou nenhuma relação tinham com o autoconhecimento e o domínio do próprio corpo e prazer pelas mulheres; o voto nivelava as mulheres ao modelo de mulher burguesa tomada como uniformidade, e cuja expressão de época foi Berta Lutz.

Logo após a Segunda Guerra Mundial – que, no entendimento de Celso Castro, tornou insustentável

a ditadura do Estado Novo implementado por Vargas em 1937, pois, “enquanto havia uma ditadura no Brasil, nossos ‘pracinhas’ foram lutar na Itália contra o nazifascismo” –, intelectuais como Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes se distanciaram do pensamento de Gilberto Freyre e do discurso conhecido como racialista. Segundo Zamparoni, começaram “a estudar, inspirados pelas novas sociologias marxista ou weberiana, não mais a ‘questão negra’, mas a escravidão enquanto sistema de opressão e alienação, os modernos conflitos raciais e as relações de classe” (p. 26). Todavia, se Gilberto Freyre era contestado pela irrupção de novos pensamentos acerca da cultura brasileira, o anticomunismo fomentado nos anos Vargas por militares como Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro ganhava cada vez mais força sob o desenvolvimento da chamada Guerra Fria.

60, 70: ditadura civil-militar

É de se notar que, dentre os quarenta e oito textos presentes na *Agenda*, poucas passagens se debruçam exclusivamente sobre a irrupção da ditadura civil-militar em 1964. O mais explícito é de

autoria de José Ricardo Ramalho; que reduz sua explicação do Golpe, talvez pela brevidade de espaço, à “ação dos trabalhadores em defesa das reformas econômicas propostas por João Goulart”, ignorando o consentimento de grande parte da população brasileira que organizava, nas capitais, marchas em defesa da família e pela propriedade. O Golpe, segundo ele, “foi um movimento político que usou como justificativa o medo do comunismo, mas também da formação de uma ‘república sindicalista’ no país” (p. 537). É de se notar também que não há na agenda nenhuma reflexão acerca da institucionalização da tortura nos porões, delegacias e em vários cantos do país, arruinando existências consideradas perigosas, subversivas e ao mesmo tempo produzindo medo e obediência na maior parte da população. Não há tinta sobre as guerrilhas, tampouco uma análise sobre a atual formação da Comissão da Verdade, um tema urgente de *agenda governamental*. O assunto se restringe às grandes redes de televisão que surgiram nesse momento “com programação em âmbito nacional, possibilitada pela fundação da Embratel e do Ministério das Comunicações,

respectivamente em 1965 e 1967” (p. 299), difundindo a imagem de um país em crescimento e constante progresso e, neste caso, mostra ao leitor os limites que comportam o agendamento de temas e que podem ser justificados pelos mais variados vieses políticos.

Sob tal investimento maciço em propaganda da ditadura, e justificando a necessidade de ocupar o “vazio” amazônico, empresas beneficiadas por incentivos fiscais instalavam-se no Pará e Mato Grosso; centenas de hectares de terras públicas eram repassadas a proprietários particulares a preços irrisórios, e homens de vários lugares do Brasil eram contratados para derrubar parte das matas. “As vozes que se levantavam contra os efeitos devastadores dessas políticas tiveram dificuldades em se fazer ouvir, pois, no início dos anos 1970, o país crescia ao redor de 10% ao ano e não havia, mesmo entre planejadores e organismos internacionais de desenvolvimento, quem questionasse o modelo brasileiro”, afirma Neide Esterici (p. 39). Como mostra Feldman, obras como a rodovia Transamazônica tornaram-se possíveis, ancoradas justamente nos pretextos de “ocupar os vazios” ou “integrar para não

entregar”. Trata-se, assim, de um investimento em identidade nacional pela ditadura civil-militar, repaginando o Estado Novo, evidenciando a atualização da *agenda* governamental de maneira autoritária, segundo as políticas de ocupação territorial e controle da população.

Mesmo diante da institucionalização do regime militar — atingindo até mesmo a prática do futebol que, segundo Tostão, a partir da seleção de 1970, se enredou no estilo pragmático europeu, abandonando a habilidade, a fantasia e a improvisação —, novos questionamentos ligados às contestações contraculturais ao redor do planeta repercutiram no Brasil. J. Guinsburg e Rosangela Patriota, em “Teatro Brasileiro: uma longa história e alguns focos” mostram que, “mesmo sob a ditadura militar, o teatro foi espaço não somente da cena da resistência democrática e da defesa da radicalização política, mas também de experiências no âmbito da teatralidade, seja com os musicais do Arena, seja com as pesquisas cênicas do Oficina, que tiveram visibilidade antológica de *O rei da vela* e se radicalizaram com as apresentações de *Roda Viva*, *Galileu Galilei* e *Na Selva das Cidades*” (p. 513). Entretanto, atores, diretores e grupos não passaram ilesos à sanha

policial durante a ditadura civil-militar. Guinsburg e Patriota citam a passagem pelo Brasil do coletivo anarquista *The Living Theatre*. Porém, não situam as práticas que os levaram à prisão em Ouro Preto, no governo militar de Garrastazu Médici. O *Living Theatre*, inventado por Julian Beck e Judith Malina nos anos 1950, em Nova Iorque, deixara os Estados Unidos no final dos anos 1960 em repúdio à Guerra do Vietnã e por recusar-se a pagar impostos (na tradição da prática de resistência inaugurada por David Henry Thoreau contra a anexação de parte do México). O grupo foi detido no início dos anos 1970, no Brasil, sob acusação de subversão e tráfico de drogas. No porão do DOPS de Belo Horizonte, seus integrantes foram submetidos a torturas e violências inomináveis. Após a libertação, resultado da repercussão internacional do caso, Beck & Malina montaram uma peça pelas ruas de Nova Iorque, na qual expunham cruamente os modos como os presos eram tratados pela polícia brasileira.

Referindo-se à liberação do sexo, Julio Assis Simões afirma que “no Brasil dos anos 1970, sob a ditadura militar, formas locais de desbunde e contestação cultural abriram brechas na repressão política. A androginia

adquiriria então um potencial subversivo”. Assis Simões recorda que “em seu primeiro espetáculo no Brasil depois da volta do exílio na Inglaterra, em 1972, o cantor e compositor Caetano Veloso surpreendia o público ao usar batom e encenar maneirismos à moda de Carmen Miranda” (p. 237). Para além disso, o autor atribuir como fundamental para a irrupção do Movimento Gay no Brasil o lançamento do jornal alternativo *O Lampião* e a invenção do grupo *Somos*. Acrescentaria à reflexão de Assis Simões não só a postura libertária do coletivo do jornal *O Inimigo do Rei*, de Salvador, lançado ao mesmo tempo que *O Lampião*, em plena ditadura, e que reivindicava “prática sexual ampla, geral e irrestrita”, mas, também, a decisiva proliferação da chamada imprensa alternativa na formação de um discurso antiditatorial. Somado à irrupção de *Lampião* e do *Somos*, Assis Simões reitera a vitalidade da introdução do pensamento de Michel Foucault em certas universidades brasileiras na formação de alguns questionamentos no interior do Movimento Gay. Ultrapassando a importância que ele confere a esses escritos, cabe recordar que Foucault esteve presente no Brasil não somente

pela circulação de seu pensamento. Em 1975, ano da morte de Wladimir Herzog, ele interrompeu o curso que ministrava na Universidade de São Paulo (USP) afirmando não ensinar em países nos quais se torturam jornalistas nas prisões.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, Foucault analisou a política reivindicada pelo Movimento Gay francês e sugeriu a certa militância que experimentasse o prazer associado à invenção de novos modos de vida, a uma ética que ultrapassasse a questão policial identitária recoberta pelos reclames por direitos. O texto de Assis Simões, intitulado “Movimento Homossexual e LGBT”, descreve como, no Brasil dos anos 1980, ao contrário do que sugeriu Foucault, preponderou pouco a pouco uma tendência política disseminada por organizações atreladas ao Estado. A explosão de casos de HIV-aids articulou, segundo ele, “velhas associações entre homossexualidade e doença”, fazendo com que grande parte dos gays organizados se enredassem em partidos políticos e sob o prestígio de autoridades de saúde envolvidas no combate à propagação do vírus. “Ao longo dos anos 1990”, encerra Assis Simões, “as parcerias com o Estado em torno do combate

à Aids consolidaram-se e deram impulso à multiplicação de grupos ativistas, inclusive de lésbicas e de travestis, promovendo a diversificação e a incorporação dos vários sujeitos do movimento homossexual na atual sigla LGBT” (p. 243).

É interessante notar que no mesmo período, de modo similar ao que ocorreu com o chamado Movimento Gay – isto é, a adoção de aspectos formais e ligados ao Estado nas reivindicações por novos direitos –, o Movimento Negro Organizado passou a definir suas lutas de maneira distinta dos embates que eclodiram nos anos 1970. Valdir Zamparoni mostra como nessa década, “à medida que esfriavam as notícias sobre as ex-colônias, a presença dos temas africanos, a reivindicação da ‘libertação’, foi perdendo espaço para uma *agenda* muito mais pautada pela discussão das relações raciais norte americanas, num viés neoliberal”. Após certa libertação, ao invés de avançar politicamente na direção da afirmação de novas práticas de liberdade, as reivindicações de parte do Movimento Negro Organizado restringiram-se à exigência por direitos. Zamparoni cita como exemplo de conquista do Movimento Negro nesse momento a

obrigatoriedade do ensino de História da África nas escolas brasileiras. Até os anos 1990, segundo o autor, os currículos escolares brasileiros, refletiam o postulado hegeliano de que a África não tinha ‘interesse histórico próprio’, já que não aportava ‘nenhum ingrediente à civilização’. Todavia, hoje, argumenta que “vivemos em outra conjuntura institucional. Depois de pressões vindas de vários segmentos sociais, dos meios universitários uma nova onda emergiu, e a África, como tema e campo de estudos até então marginalizados, passou a ser atraente” (p. 27). Mesmo celebrando tais conquistas, Zamparoni afirma que no Brasil a África segue ainda hoje aprisionada por duas imagens. De um lado a imagem de uma África selvagem, amplamente disseminada por documentários e telejornais. Por outro, a imagem mítica da “Mama África”, idealizada, “originária”, “profunda”.

80, 90, 2000: institucionalização da democracia

Parte dos textos que abordam a chamada “abertura política” e questões que emergem no Brasil do século XXI celebram precisamente a proliferação, no final dos anos 1980, de direitos

destinados aos chamados grupos minoritários. Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho, assistimos, a partir dos anos 1970, à consolidação de “uma terceira onda de direitos, que, contudo, não mais se refere exclusivamente a indivíduos, podendo abranger grupos, etnias, nações e a própria humanidade, em seu direito a um meio ambiente equilibrado, à paz ou à transmissão do patrimônio ecológico e/ou cultural às gerações futuras” (p. 107). A questão das minorias aparece então relacionada aos balizamentos da *agenda* internacional, mas a autora não elucida em que medida isso interfere na identidade brasileira. Antonio Sergio Alfredo Guimarães defende que as lutas contestatórias da ordem na atualidade devem reduzir-se “à argumentação de que mecanismos como exploração ou barreiras de controle deturpam ou neutralizam as políticas que visam garantir a igualdade de oportunidades e tratamento”. Para além dessa argumentação, compara as chamadas *ações afirmativas* garantidas pelo direito a “revoluções como modo de instituir ordens mais igualitárias” (p. 169).

No contexto de institucionalização das lutas das minorias – efeito da chamada “terceira onda de direitos”,

apontada por Rezende de Carvalho como responsável pela garantia desde direitos individuais até o direito de todos ao usufruto de um planeta equilibrado – Neide Estercei descreve o que denominou de “nova invenção da Amazônia”, assentada na ideia, segundo ela, de que o Estado nacional é pluriétnico e multicultural e, portanto, “deve assegurar aos portadores de culturas e identidades diferentes o controle de suas próprias instituições e formas de vida” (p. 41). Tal noção é atestada, para além do território amazônico, por Celso Athaide em “Periferia, beco, viela” ao concluir: “ninguém melhor do que os próprios ‘periféricos’ para expressar sua realidade” (p. 406).

No mesmo momento definido por Estercei como o instante em que o Estado garante direitos àqueles identificados como portadores de culturas diferentes, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha ressalta a valorização dos povos indígenas, mais precisamente depois da ECO-92, “como detentores de conhecimentos ecológicos importantes e pelo seu papel na conservação da biodiversidade” (p. 289). Entre os vários fatores que contribuíram para a o reconhecimento dos saberes indígenas, segundo a antropóloga,

está a crise de desenvolvimento capitalista que possibilitou “o advento de uma consciência de sustentabilidade” (Idem). Todavia, se Manuela Carneiro da Cunha expõe com firmeza como os povos indígenas, auxiliados por essa nova consciência de sustentabilidade amplamente disseminada no início da década de 1990, contrariaram as expectativas de certos pesquisadores dos anos 1970 — que preconizavam que as sociedades indígenas desapareceriam — não há em suas considerações a análise do envolvimento de lideranças indígenas no atual “mercado verde”, estimulado também desde a ECO-92 e que prevê a negociação direta entre certos povos e empresas capitalistas internacionais dos chamados “créditos de carbono”. Fabio Feldman, membro do “Conselho Brasileiro de Construção Sustentável”, atribui à Conferência da ONU de 1992 a responsabilidade por um novo modelo de implementação de políticas públicas ligadas à Amazônia e lembra que a criação do Ministério do Meio Ambiente brasileiro, como a aprovação de documentos como **Agenda 21**, Declaração do Rio e Declaração sobre Florestas, vieram como desdobramento do encontro internacional. Entretanto, o texto de Feldman se detém à valorização

das mudanças políticas institucionais relacionadas às negociações decorrentes da Rio-92, e pouco situa acerca da formação de um mercado baseado na *sustentabilidade*, responsável, desde os anos 1970, por sustentar e suportar a imagem das grandes empresas, acusadas por ambientalistas de serem as principais agentes de destruição do planeta.

Ressalto aqui a noção de *sustentabilidade* pois a palavra estampa o texto de apresentação da *Agenda*, na contra-capá, com a pergunta: “o que fazer para que o país se torne economicamente viável e ecologicamente sustentável?”. Para além disso, é preciso recordar que vinte anos depois da ECO-92, o Brasil volta a ser o palco de uma Conferência Internacional sobre o meio ambiente, a Rio+20, definidora de novas *agendas* políticas a serem implementadas gerando infundáveis reformas, negociações, debates e fiscalizações em prol da gestão capitalista para um planeta sustentável. A *sustentabilidade*, portanto, é mais do que o sintoma de uma suposta crise capitalista. É a noção que sustêm hoje a sobrevivência do negócio de inúmeras empresas ao redor do mundo.

São precisamente esses textos —

que reiteram a chamada “terceira onda” de direitos, isto é, as reivindicações por direitos que articulem desde a *sustentabilidade* do planeta a garantia de direitos as minorias – que delinearão a denominada *Agenda brasileira* no século XXI. Talvez possamos afirmar que os textos acima apresentam o enfraquecimento de certas lutas minoritárias que, sob a instituição da democracia no país, permutaram sua potência em troca de certa sobrevivência institucional. Gilles Deleuze, em conversa com Toni Negri na primavera de 1990, já havia alertado para o fato de que uma minoria em busca de modelos quer se tornar majoritária. Seguindo a sugestão de Deleuze, podemos nos perguntar se as reivindicações pluralistas junto ao Estado, presentes na *Agenda brasileira*, não teriam reforçado — ao invés da diversidade — um modelo de uniformidade sustentado pelo pensamento de Estado.

.../para além da agenda

Agenda é agenda em variados lugares, palavra que uniformiza, torna comuns diferentes gostos; é agenda governamental que seleciona problemas governáveis. Agenda

designa, também, esse conjunto de textos reunidos em 584 páginas, e que irrompem como sistematizações de projetos que miram a constituição e a institucionalização de políticas de Estado. Contudo, há coisas que a *Agenda* não registrou e nem poderia fazê-lo, pois estão fora do tempo, dos calendários, compromissos, protocolos, prioridades, assinaturas. *Menos estrangeiro no lugar que no momento*. Assim dizia um verso de uma canção inventada no início dos anos 1990, por um compositor que vivera intensamente as liberações provocadas pelos anos 1960 e 1970. A mesma canção, intitulada “o estrangeiro”, iniciava com a breve descrição de olhar de certos homens oriundos do outro lado do Atlântico em relação à Baía de Guanabara. Na mesma época que a possível visita de Paul Gauguin à Baía de Guanabara, descrita na canção, um outro francês, Élise Reclus, cartógrafo, agitador, desembarcou no Brasil. Em 1893, homenageado pela Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, fez questão de afirmar a beleza das matas da então capital federal. Todavia, recordou que o conservadorismo brasileiro fez com que este fosse um dos últimos países da América a abolir a escravidão.

Retornou à França por Dacar, mas continuou atento aos acontecimentos da história do país. Chamou sua atenção acontecimentos como a Cabanada e a experimentação libertária na Colônia Cecília. Mas porque retomar aqui a visita desse cartógrafo libertário? Ele reiterou em seus textos que a *mudança*, isto é, o movimento é a condição para a existência. A *mudança* de que

escreve Reclus é distinta da utilizada no título da *Agenda*. A mudança para ele ultrapassa a imobilidade do pensamento que *sustenta* o governo, o Estado. A *mudança* para o libertário é uma outra palavra, outra história...

Diferente da Agenda de papel, com a qual viramos página por página até o seu fim, a agenda política não cessa de ser atualizada. Por isso é cada vez mais vital escrever...